



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

SALVADOR/BA

MARÇO/2012



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia

Salvador, Março de 2012



SUMÁRIO

Listras de Quadros	04
Siglas e Abreviaturas	06
Declaração de cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 8.730/93	07
Introdução	13
Identificação da UJ	15
Responsabilidades Institucionais da UJ	16
Competência Institucional	16
Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	17
Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ	18
Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	19
Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	22
Desempenho Orçamentário/Financeiro	22
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	23
Execução Orçamentária da Despesa	24
Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	25
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	25
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	26
Análise Crítica	27
Indicadores Institucionais	27
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	28
Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	28
Análise Crítica	28
Demonstrativo da força de trabalho da unidade jurisdicionada	29



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	30
Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	31
Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	33
Composição do Quadro de Servidores Inativos	32
Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	33
Composição do Quadro de Estagiários	33
Quadro de Custos de Recursos Humanos	33
Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	34
Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	35
Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	35
Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	36
Relação dos Instrumentos de Transferência vigentes no exercício de 2011	36
Estruturas de Controles Internos da UJ	37
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	38
Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	40
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	40
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	40
Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	41
Gestão de Tecnologia da Informação	42
Gestão de Ti da UJ	42
Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	43
Declaração do Contador Com Ressalva	45
Acórdão TCU N.º - 1434/2010-TCU 2ª CÂMARA	46



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

LISTAS DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	14
Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	17
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	19
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Recebidos por Movimentação	19
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos Recebidos por Movimentação	21
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos o Recebidos por Movimentação	22
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	24
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011	24
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	25
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	26
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011	26
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011	27
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011	28
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011	28
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	29
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	30
Quadro A.5.10 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	31
Quadro A.8.1- Demonstrativo do Cumprimento por Autoridade e Servidores da UJ da Obrigação de Entregar a DBR	31
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controle Interno da UJ	33
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	36



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	38
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	38
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	39
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ	40
Quadro A.13.1- Despesas com Cartão de Credito Corporativo por UG e Portador	40
Quadro A.13.2 – Despesas com Cartão Corporativo (Série Histórica)	40
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	42
Quadro B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva	44



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

SIGLAS E ABREVIATURAS

CGU	Controladoria-Geral da União
DN	Decisão Normativa
DPF	Departamento de Polícia Federal
IN	Instrução Normativa
IPL	Inquérito Policial
LOA	Lei Orçamentária Anual
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
Port.	Portaria
PPA	Plano Plurianual
SR	Superintendência Regional
RG	Relatório de Gestão
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia no exercício de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011. O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II da Decisão Normativa -TCU nº 108/2011

Os itens referentes ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores, custos de recursos humanos, transferências de recursos, convênios e contratos de repasse, estrutura de controle interno, renúncia tributária, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias, composição acionária do capital social e investimentos permanentes em outras sociedades, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG, pois, não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional.

Assim não fazem parte ou foram respondidos parcialmente neste Relatório de Gestão os seguintes itens constantes do anexo II da Decisão Normativa TCU nº108/2010 com as seguintes numerações:

Item 2.3 – Programa de governos sob responsabilidade da UJ

Os Quadros - A.2.1 e A.2.2 foram respondidos parcialmente, uma vez que, a instituição de metas e apuração dos indicadores de resultados pelo Programa de Governo são de responsabilidade da Unidade Central (Unidade Orçamentária da UG) e não foram repassadas para está SR/DPF/BA.

Item 2.4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro

Não foram preenchidos os quadros A.2.3 ao A.2.6, pelo fato desta UJ não ser Unidade Orçamentária e não tenha UGO agregada ou consolidada.

Item 2.4.7 – Indicadores Institucionais

O Departamento de Polícia Federal ainda não possui um indicador formalizado para medir os resultados obtidos pela gestão no exercício.

Item 3- Reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos.

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos ou recursos.

Item 5.4 - Demonstração de custos com pessoal da unidade jurisdicionada

A UJ não gerência tais custos, ficando tal atribuição a cargo do Órgão Central.

Item 5.5 – Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Os Quadros **A.5.9; A.5.10; A.5.11** não foram preenchidos pelo fato desta UJ não possuir cargos pertencentes ao Plano de Cargos ocupados por Terceirizados, além disso a UJ não possui autonomia para realização de concurso público.

Não foram preenchidos os Quadros referentes á Parte A, item 6 , do anexo II da DN TCU Nº108, pois a UJ não possui Convênios, Contratos de Repasse, Termo de Cooperação , Termo de Compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

A UJ não realiza operações de Renúncia Tributária, desta forma, a Parte A item 14, do Anexo II da DN TCU nº 108 não foi preenchida.

Em decorrência do não preenchimento dos itens supracitados, foi feita nova numeração sequenciada dos itens e quadros efetivamente preenchidos.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia está estruturada em 07 (sete) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por quatro (04) Delegacias



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2011

de Polícia Federal e (02) Postos Avançados, localizadas no interior do Estado, nos municípios de Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro e Vitória da Conquista, Feira de Santana.

A Sede da Superintendência Regional estruturada conforme a distribuição de setores e subsetores abaixo:

Delegacias e Núcleos subordinados a Delegacia Regional Executiva – DREX:

- Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
- Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
- Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
- Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
- Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
- Núcleo de Operações – NO;
- Núcleo de Cartório – NUCART;

Delegacias subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao crime Organizado - DRCOR:

- Delegacia de Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio - DELEPAT;
- Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM.

Núcleos subordinados a Corregedoria Regional de Polícia – COR

- Núcleo de Disciplina – NUDIS;
- Núcleo de Correições - NUCOR

Além das delegacias e núcleos acima citados, esta Superintendência Regional conta com setores e núcleos diretamente subordinados ao Gabinete:

- a) Setor de Administração e Logística Policial, que possui na sua estrutura o Núcleo Administrativo e o de Orçamento e Finanças;
- b) Setor Técnico Científico;
- c) Núcleo de Tecnologia da Informação;
- d) Setor de Recursos Humanos;
- e) Núcleo de Inteligência Policial;

A Bahia é o primeiro estado mais populoso do Nordeste e quarto do país. Contamos com 417 (quatrocentos e dezessete) municípios e uma área com extensão de aproximadamente 570.000 Km² (quinhentos e setenta mil quilômetros quadrados), além de uma população de 14.080.654 (quatorze milhões oitenta mil e seiscentos e cinquenta e quatro) habitantes, conforme censo de 2010. Possui limite territorial com os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal o Inquérito Policial é o seu produto final. Ele reflete tanto as ações pró-ativas (operações policiais que resultam em flagrantes), quanto às ações reativas (inquéritos instaurados por portaria em razão de recebimento de denúncia).

No ano de 2011 a SR/BA realizou diversas operações policiais, tanto na área de polícia administrativa, nas fiscalizações a comércio de produtos químicos, segurança privada e migração, quanto na área de polícia judiciária, instruindo inquéritos e deflagrando operações de inteligência com realizações de diversas prisões, buscas e apreensões.

Com relação ao volume de inquéritos relatados, instaurados e em andamento, a UJ não obteve os percentuais expressivos obtidos no ano de 2010. Houve uma melhora no desempenho da UJ e suas unidades operacionais nos municípios de Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro e Vitória da Conquista, contudo os contingenciamentos no orçamento se refletiram no volume de inquéritos instaurados. Mesmo havendo uma redução no número de inquéritos instaurados em 17,86%, o número de inquéritos relatados aumentou em 8,69% e como consequência o número de inquéritos em andamento reduziu em 21,30%, conforme quadro comparativo abaixo. Uma análise dos dados permite afirmar que a UJ em números absolutos de inquéritos relatados, obteve resultado bastante



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

semelhante ao obtido no ano de 2010, o número de inquéritos representa a possibilidade de o Ministério Público poder oferecer denúncia e, em consequência, processar e punir os culpados pelo cometimento de crimes contra bens, interesses e serviços da União. E por fim, a redução no número de inquéritos em andamento permite afirmar que a UJ levou um tempo menor na instrução de inquéritos policiais, afastando com isso o risco de extinção de punibilidade dos indiciados por prescrição dos crimes praticados.

Unidade	Movimentação de Inquéritos Policiais	2009	2010	2011	Varição 2010/2011
SR/DPF/BA E UNIDADES OPERACIONAIS	Relatados	2305	4048	4400	8,69%
	Instaurados	3111	3560	2924	(17,86)%
	Andamento	7660	7008	5515	(21,30)%



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia			
Denominação abreviada: SR/DPF/BA			
Código SIORG: 1141	Código LOA: 30108		Código SIAFI: 200033
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(071) 3319-6000	(071) 3319-6026	(071) 3319-6028
E-mail: gab.srba@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.pf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, CEP 40.460-130, SALVADOR/BA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: A Superintendência Regional do DPF na Bahia foi criada através do Decreto n.º 70.665, de 02 de junho de 1972, que alterou a estrutura do Departamento de Polícia Federal.			
Atribuições e Competências: - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Portaria n.º 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU N.º 198, de 16/10/2006.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto n.º 6.061, de 15.03.2007, DOU de 16/03/2007. - Portaria n.º 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa n.º 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200346	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia		
200347	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200346		00001	
200347		00001	



2. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência Institucional

O Departamento de Polícia Federal criado pelo Decreto- Lei 6.378/44 é um órgão da administração direta do Governo Federal subordinado ao Ministério da Justiça.

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras.

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I ao IV, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro nacional, contra a previdência social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, contra os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Polícia Federal na Bahia exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscriçã, com as atribuições de planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinaçã, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevençã e repressã aos crimes de competência do Departamento, subsidiando o planejamento das unidades centrais; executar operações integradas com as unidades centrais, relativas à repressã uniforme dos crimes de sua alçada; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessãrias; promover estudos e disponibilizar dados acerca das ações empreendidas; consolidar relatórios de avaliaçã de suas atividades, com vistas a embasar o processo de gestã das unidades centrais; adotar ações de controle e zelo pelo uso e manutençã adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.



2.1.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

No ano de 2011 foram mantidos pela Direção-Geral os objetivos estratégicos da instituição instituídos em 2009:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Toda a atuação da instituição Polícia Federal tem como objetivo o atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

A Superintendência Regional na Bahia, tendo em vista as diretrizes instituídas pela Direção-Geral, bem como a missão e a visão de futuro da instituição, no exercício de 2011 objetivou atuar no combate ao crime organizado, com ênfase na repressão ao crime organizado, buscando combater a lavagem de dinheiro obtido com atividades ilícitas para descapitalizar os grupos criminosos e no combate a corrupção e desvio de dinheiro público, visando à proteção do patrimônio público e o fortalecimento das instituições legalmente constituídas. Também foi objetivo da SR a continuidade na melhoria do atendimento ao público externo, adotando medidas de melhoras na emissão de passaportes, nos mecanismos de controle de produtos controlados como armas, munições, produtos químicos sujeitos a controle de uso, além de melhorias no setor de emissão de portes e registros de armas, na área de imigração com o atendimento aos estrangeiros que chegam ao país na condição de turista e dos estrangeiros radicados no país e na fiscalização das empresas prestadores de serviço de segurança privada.

Em razão da carência de recursos humanos na SR/BA, por vezes foi solicitado ao órgão central à disponibilização de servidores, e, em razão da não realização de concurso público, o pleito foi atendido parcialmente, com a remoção de escrivães de outras unidades para esta UJ. Por este motivo esta UJ manteve a estratégia adotada no exercício de 2010 para cumprimento das suas missões institucionais, tanto na área de polícia administrativa quanto na área de polícia judiciária, procurando utilizar os recursos materiais e humanos existentes na unidade da forma criteriosa, sempre buscando produzir os resultados pretendidos. Assim, houve uma distribuição do efetivo e dos recursos materiais disponíveis de acordo com as demandas de cada setor. Com o objetivo de alcançar melhores resultados na atividade finalística da PF, as ações de inteligência policial continuaram sendo priorizadas. Ao mesmo tempo, foi mantido o número mínimo de policiais nos diversos setores da SR de modo a permitir o seu funcionamento, ainda que com sua capacidade reduzida de atuação. Esta medida permitiu que a UJ ultrapassasse a meta estabelecida de aumento do número de inquéritos relatados.

Para minimizar a carência de servidores como maior obstáculo para o desenvolvimento das ações da unidade, utilizou-se a estratégia de recrutamento de policiais de outras descentralizadas para colaborar, por período certo de tempo, com as atividades desta unidade, ao mesmo tempo em que os órgãos centrais foram provocados para aqui lotar maior quantidade de servidores. No entanto, em razão do contingenciamento de recursos da ordem de 40 % (quarenta por cento) do



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2011

orçamento destinado para fazer frente às despesas com diárias e passagens, não foi possível manter esta política de recrutamento de servidores policiais e administrativos de outras unidades, o que prejudicou o desempenho desta UJ.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas no PPA 2008-2011 dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores, dentre outros.

Além dos programas finalísticos, o Departamento de Polícia Federal é responsável, também, pelo gerenciamento dos recursos destinados à área administrativa, que representa o maior percentual de recursos administrados pelas Superintendências Regionais. Estes recursos são empregados para manutenção das atividades de apoio, notadamente no pagamento de contratos de terceirização dos serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepção, custeio de aluguéis, além da aquisição de bens permanentes, material de consumo e suprimentos de informática.

A Superintendência Regional na Bahia, no exercício de 2011, recebeu recursos do Governo, através da Unidade Central, nos seguintes programas, gerenciados pelo Departamento de Polícia Federal:

- Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662),
- Apoio Administrativo (0750),
- Modernização da Polícia Federal (1353).

No Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade os recursos liberados foram empregados nas seguintes ações:

- Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos (2679);
- Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública (2720);
- Ações de prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União (2726);
- Ações de capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação (4572).

Em relação ao Quadro A.2.1- Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, não foi possível fazer o preenchimento, uma vez que, a UJ não é UO logo não são disponibilizados os valores referentes à dotação inicial, dotação final, e nem as metas a serem alcançadas. Apenas são disponibilizados os indicadores financeiros (despesa empenhada, despesa liquidada, RP não processado e valores pagos)



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

2.4 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico.						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça.						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.						
Gerente: Não informado			Responsável na UJ: José Maria Fonseca			
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0662					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
****	3.526.372,16	3.526.372,16	3.524.681,57	0,00	3.524.681,57	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Administração da Unidade						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente: Não informado			Responsável na UJ: José Maria Fonseca			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0750					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
	7.613.113,78	7.7613.113,78	7.565.044,43	48.069,35	7.559.514,03	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.						
Objetivos Específicos: Reforma e modernização de unidades da Polícia Federal						
Gerente: Não informado			Responsável na UJ: José Maria Fonseca			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0662					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
	108.022,48	108.022,48	83.463,40	24.559,08	83.463,40	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
.						

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ 200346

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	Meta realizada	**Meta a ser realizada em 2012
14	122	750	2000	A	3	N/A	XXXXX	7.559.514,03	XXXX
9	272	89	181	A	3	N/A	XXXXX	39.433,78	XXXX

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA, LOA-2011

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ 200347

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	*Meta prevista	Meta Financeira Realizada (valores pagos)	**Meta a ser realizada em 2012
6	181	662	2586	A	3	N/A	XXXX	21.400,00	XXXX
6	125	662	2679	A	3	N/A	XXXX	279.705,16	XXXX
6	183	662	2720	A	3	N/A	XXXX	556.165,34	XXXX
6	181	662	2726	A	3	N/A	XXXX	2.667.411,07	XXXX
6	181	1353	8979	P	3	N/A	XXXX	83.463,40	XXXX

Fonte: SIAFI Gerencial, PPA, LOA-2011

* Não foi estabelecida meta de execução física das ações realizadas pela UJ

** Não foi estabelecida meta de execução física das ações a serem realizadas pela UJ em 2012

A UJ não é UO, não tem UGO consolidada ou agregada e não realiza ações orçamentárias constantes na LOA.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Esta UJ não é UO e não tem UGO consolidada ou agregada.



QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	xxx	xxx	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	200019	30108.06.122.0662.2679	0,00	0,00	3.634.394,64
		200019	30108.06.122.0750.2000	0,00	0,00	7.735.529,94
Movimentação Externa	Concedidos	xxx	xxx	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	xxx	xxx	0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
	Recebidos	200019	30108.06.181.1353.8979	54.231,00	xxx	xxx
Movimentação Externa	Concedidos	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
	Recebidos	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

Fonte: SIAFI

Análise Crítica: Os recursos recebidos no exercício de 2011 foram insuficientes para o perfeito funcionamento da UJ. Em razão do contingenciamento orçamentário, muitas das ações previstas para o exercício de 2011 ficaram prejudicadas em razão da diminuição do ritmo da sua execução.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	3.306.287,71	4.712.510,11	3.238.601,64	4.712.510,11
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	50.632,40	0,00	50.632,40
Concorrência	297.887,16	297.887,16	297.887,16	297.887,16
Pregão	3.008.400,55	4.363.990,55	2.940.714,48	4.363.990,55
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	2.399.268,66	2.466.396,90	2.399.268,66	2.466.396,90
Dispensa	1.424.371,66	1.578.561,63	1.424.371,66	1.578.561,63
Inexigibilidade	974.897,00	887.835,27	974.897,00	887.835,27
Regime de Execução Especial	955.913,05	1.276.793,19	955.913,05	1.276.793,19
Suprimento de Fundos	955.913,05	1.276.793,19	955.913,05	1.276.793,19
Pagamento de Pessoal	3.239.891,19	2.135.742,97	3.239.891,19	2.135.742,97
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	3.239.891,19	2.135.742,97	3.239.891,19	2.135.742,97
Outros	xxx	xxxx	xxxx	xxxxx

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

**QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	11.235.589,25	10.924.269,16	10.776.909,70	10.924.269,16	458.679,55	45881,47	10.709.223,63	10.871.166,70
3390.14	3.239.891,19	2.433.346,78	3.239.981,19	2.433.346,78	0,00	0,00	3.239.981,19	2.433.346,78
3390.30	1.243.260,31	1.159.277,08	1.232.591,79	1.159.277,08	10.668,52	20.881,25	1.232.591,79	1.136.705,24
3390.33	548.226,51	382.051,70	530.532,96	382.051,70	17.693,55	0,00	530.532,98	382.051,70
3390.36	649.599,07	723.812,33	649.599,07	723.812,33	0,00	0,00	649.599,07	723.812,33
3390.37	1.807.584,84	2.570.182,53	1.807.584,84	2.570.182,53	0,00	0,00	1.739.898,77	2.564.652,13
3390.39	3.095.821,89	3.375.862,14	2.665.504,41	3.375.862,14	430.317,48	20.686,02	2.665.504,41	3.355.176,12
3390.47	250,81	0,00	250,81	0,00	0,00	0,00	250,81	0,00
3390.92	99.827,36	41.904,99	99.827,36	41.904,99	0,00	0,00	99.827,36	41.904,99
3390.93	541.208,43	237.831,61	541.208,43	237.831,61	0,00	4.314,20	541.208,43	233.517,41
3391.39	9.918,84	0,00	9.918,84	0,00	0,00	0,00	9.918,84	0,00
3391.92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

**QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	50.960,00	54.231,00	0,00	83.463,40	50.960,00	24.559,08	623.251,40	134.423,40
4490.51	50.960,00	32.831,00	0,00	32.831,00	50.960,00	0,00	0,00	83.791,00
4490.52	0,00	21.400,00	0,00	50.632,40	0,00	24.559,08	623.251,40	50.632,40
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI



ANÁLISE CRÍTICA

A gestão orçamentária da UJ foi bastante prejudicada em razão do contingenciamento orçamentário e da insuficiência de créditos disponibilizados. O critério adotado para a destinação de créditos orçamentários pela UO a qual estamos subordinados foi o acréscimo de 10% (dez por cento) no montante disponibilizado no exercício de 2010.

Os recursos disponibilizados em 2010 não poderiam ser utilizados como parâmetro para a destinação de recursos em 2011 porque naquela época já não eram suficientes para a adequada manutenção da UJ e dos investimentos necessários.

A UO em momento algum solicitou o planejamento orçamentário da UJ para o exercício de 2011, como também não solicitou para o exercício de 2012, utilizando a mesma sistemática adotada no exercício de 2010 (acréscimo de 10%).

O contingenciamento no exercício prejudicou sobremaneira o andamento de operações policiais e de ações de implementação de melhorias das instalações físicas das unidades no interior do estado. Também ficaram prejudicadas as ações de modernização dos equipamentos da UJ, como por exemplo, a substituição de computadores obsoletos por outros mais modernos, a aquisição de veículos novos para substituir viaturas com custo de manutenção elevado em função da idade e natureza de seu uso.

2.4.3 Indicadores Institucionais

O indicador institucional utilizado para medir o produto, serviço e resultados alcançados pela gestão no exercício de 2011 foi o inquérito policial. O inquérito policial é o produto final do trabalho da Polícia Federal. Toda ação finalística realizada pela UJ com sucesso resultou na instauração de um inquérito policial. A agilidade na sua tramitação reflete a qualidade do trabalho realizado e o perfeito funcionamento do órgão no alcance de seu objetivo.

No exercício de 2011 o índice de produtividade da UJ foi de 86,96 % no item de inquéritos relatados, que significa a finalização do processo apuratório e sua remessa ao Ministério Público para que possa oferecer denúncia à Justiça para responsabilização penal do autor do crime apurado.

E houve uma redução da ordem de 21,30% no número de inquérito em andamento, o que nos permite afirmar que houve uma redução no tempo de conclusão do inquérito policial, se traduzindo numa maior eficiência da UJ.

A UJ reduziu o índice de inquéritos instaurados em 17,86%. O que significa dizer que no exercício de 2011 houve um acréscimo no número de infrações que foram objeto de investigação para se chegar a autoria de crimes cometidos contra bens, serviços e interesses da União.

Mesmo havendo uma redução no número de inquéritos instaurados em 17,86%, o número aumento no índice de inquéritos relatados aumentou em 86,96% e como consequência o número de inquéritos em andamento reduziu em 21,30%. Uma análise dos dados permite afirmar que a UJ melhorou significativamente o seu desempenho no exercício de 2010, pois, aumentou o número de inquéritos relatados, o que significa a possibilidade do Ministério Público poder oferecer denuncia e, em consequência, processar e punir os culpados pelo cometimento de crimes contra bens, interesses e serviços da União. E por fim, a redução no número de inquéritos em andamento permite afirmar que a UJ levou um tempo menor na instrução de inquéritos policiais, afastando com isso o risco de extinção de punibilidade dos indiciados por prescrição dos crimes praticados.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no âmbito da UJ.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	71.743,22	0,00	71.743,22	0,00
2009	0,00			
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	725.666,04	61.299,17	664.366,87	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

A inscrição de dívidas em restos a pagar pela UJ ocorreu em função da não existência de recursos para o pagamento das mesmas, devido à crise econômica mundial. O Governo Federal, ao contingenciar recursos, impossibilitou o pagamento das despesas dentro do exercício.

A inscrição de dívidas em restos a pagar tem como consequência a perda de confiança da instituição no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações, pois sempre fica a dúvida se o órgão irá pagar pelos serviços e/ou bens adquiridos dentro do prazo pactuado.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN. TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

QUANTIDADE

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO
APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		454	1	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		454	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		299		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		150		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		05		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)		454	1	-

Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

**QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA
DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	14
3.1. De ofício, no interesse da Administração	10
3.2. A pedido, a critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	56
4.1. Doença em pessoa da família	17
4.2. Capacitação	39
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	75

Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	23	23	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	23		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	27	27	-	-

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo		193	147	80	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira		190	147	79	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		03		01	
2.Provimento de cargo Em comissão		06	19	02	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		02		02	
2.3. Funções gratificadas		04	19		

Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				05	130	323			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						05			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						04			
2.3. Funções gratificadas						19			

Legenda
Nível de escolaridade
1 - analfabeto; 2 - alfabetizado sem cursos regulares; 3 - primeiro grau incompleto; 4 - primeiro grau; 5 - segundo grau ou técnico; 6 - superior; 7 - aperfeiçoamento / especialização / pós-graduação; 8 - mestrado; 9 - doutorado; 10 - não classificada.

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	184	11
1.1 Voluntária	184	11
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	6	-
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	6	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	190	11

Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

**QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011**

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2011
1. Integral	104	01
2. Proporcional	-	-

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Em R\$
1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	15	14	14	97.167,00
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	14	15	14	14	
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	14	15	14	14	97.167,00

Fonte : SIAPE

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

A UJ não realiza pagamento de vencimentos, proventos, pensões alimentícias e bolsa de estudos para estagiários. As despesas com pagamento de pessoal ativo, aposentados, pensionistas e estagiários são pagas pelo órgão central



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.12 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão: 200033							CNPJ: 00.394.494/0022-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	03/2008-DPF/ILS/BA	08.945.303/0001-99	01.03.08	31.12.11	05	05	00	00	00	00	P
2008	V	O	04/2008-DPF/ILS/BA	00.855.634/0001-26	01.04.08	31.12.12	00	00	12	12	00	00	P
2010	L	O	07/2010- SR/DPF/BA	08.935.932/0001-38	28.09.10	27.09.12	18	18	01	01	00	00	P
2010	V	E	06/2010- SR/DPF/BA	16.328.205/0001-30	01.09.10	26.02.11	00	00	25	25	00	00	E
2011	V	O	01/2011- SR/DPF/BA	02.534.128/0001-60	27.02.11	22.06.11	00	00	25	25	00	00	E
2011	V	O	04/2011- SR/DPF/BA	08.068.307/0002-17	22.06.11	25/10/11	00	00	25	25	00	00	A
<p>Observação: O contrato 01/2011-SR/DPF/BA, foi rescindido unilateralmente pela SR/DPF/BA, por descumprimento de cláusulas contratuais. Contudo, por força de determinação judicial (Ação Cautelar nº23477-95.2011.4.01.3300) a rescisão foi suspensa até o julgamento do mérito da Ação. Desta forma, a empresa contratada voltou a prestar serviço no período a partir de 25/10/2011, permanecendo até o final do exercício de 2011.</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: SR/DPF/BA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão:200033							CNPJ: 00.394.494/0022-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	2	O	12/2005-SR/DPF/BA	03.854.631/0001-66	02.01.05	01.01.12	00	00	05	05	00	00	P
2006	4	O	01/2006 –SR/DPF/BA	41.986.662/0001-60	01.02.06	31.01.12	00	00	05	05	02	02	P
2009	1	O	05/2009 – SR/DPF/BA	63.363.725/0001-64	01.06.09	31.05.11	00	00	10	10	00	00	E
2009	3	O	05/2009 – SR/DPF/BA	63.363.725/0001-64	01.06.09	31.05.11	00	00	02	02	00	00	E
2010	1	O	01/2010- SR/DPF/BA	00.491.542/0001-04	22.02.10	01.09.11	00	00	08	08	00	00	P
2010	1	O	12/2010-SR/DPF/BA	08.935.932/0001-38	10.12.10	09.12.11	00	00	24	24	00	00	A
2011	1	O	10/2011 – SR/DPF/BA	11.176.432/0001-74	03.06.11	02.06.12	00	00	11	11	00	00	A
2011	3	O	10/2011 – SR/DPF/BA	11.176.432/0001-74	03.06.11	02.06.12	00	00	02	02	00	00	A
2011	1	E	14/2011-SR/DPF/BA	04.374.998/0001-45	01.09.11	01.02.12	00	00	08	08	00	00	A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SR/DPF/BA



5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ não é responsável pela área de recursos humanos. Os indicadores para gerenciamento para a área de pessoal são desenvolvidos e utilizados pela Diretoria de Gestão de Pessoal – DGP/DPF, órgão central de recursos humanos

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N ° 108, DE 24/11/2010

6.1 Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2011

A UJ não realizou nenhum tipo de transferência através de convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

7. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N°108, DE 24/11/2010

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	58	00	58
	Entregaram a DBR	58	00	58
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte: SIAPE

Análise Crítica:

Conforme previsto em Lei os servidores desta UJ podem optar por entregar a cópia da DBR ao Setor de Recursos Humanos ou Autorizar a consulta direta a DBR.



8. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

8.1. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

DECLARAÇÃO

Eu, BRUNO CRUZ SOUTO, CPF nº93958714587, Chefe do Setor de Administração e Logística Policial, exercido na Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 20 de março de 2012.


Bruno Cruz Souto
CPF nº 939.587.145.87

Chefe do Setor de Administração e Logística Policial/SR/DPF/BA



9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	x				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais Quesitos respondidos individualmente					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Análise Crítica:

Foi criado no organograma do Departamento de Polícia Federal a Assessoria de Controle Interno, cujo objetivo é justamente auxiliar as diversas unidades descentralizadas sobre os procedimentos e normas a serem adotadas no que tange ao controle interno das suas atividades de gestão. Contudo, esta Assessoria ainda está sendo estruturada e ainda não atingiu a sua plena capacidade de acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Federal como um todo.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

10.PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4					x
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>Considerações Gerais: Quesitos respondidos individualmente.</i>					
<u>LEGENDA</u>					
<i>Níveis de Avaliação:</i>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



11.PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	BAHIA	02	02
	Salvador	01	01
	Ilhéus	01	01
	Subtotal Brasil	02	02
EXTERIOR	xxx	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SR/DPF/BA

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	BAHIA	03	03
	Juazeiro	01	01
	Porto Seguro	01	01
	Vitória da Conquista	01	01
	Subtotal Brasil	03	03
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SR/DPF/BA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200033	3849.00470.500-9	15	5	2.940.718,08	25/10/2000	5.637.170,53	69.284,53	193.800,00
200033	3573.00169.500-6	15	5	84.500,00	25/10/2000	419.485,83	0,00	0,00
Total							69.284,53	193.800,00

Análise crítica:

Os imóveis sob responsabilidade da UJ necessitam de reformas em razão da idade dos mesmos e de necessidades de adaptações para se adequar à estrutura organizacional do DPF, alterada em 24/11/2009, através da Portaria 3.691 – MJ, publicada no DOU n.º 7 255, de 26/11/2009, Seção 1. As reformas não foram implementadas por dois motivos. O primeiro foi o fracasso do processo licitatório realizado para contratação de projeto de recuperação estrutural do edifício sede da SR/BA (RIP **3849.00470.500-9**) e o segundo a falta de recursos para contratação da reforma do imóvel da Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus (RIP **3573.00169.500-6**).



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04 Servidores 05 Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	55%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais: Respondido individualmente.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

13.1-Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.13.1 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo Por UG e Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	200347	Limite de Utilização da UG:	2.000.048.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alberto Lopes Bandeira	126.449.274-04	65.900,00	65.900,00	-	65.900,00
Alexandre de Almeida Lucena	905.451.334-91	40.000,00	40.000,00	-	40.000,00
Francilon Cardoso Alves	021.205.684-05	64.000,00	49.999,40	7.929,72	57.929,12
Herton George Sobral Matos	151.283.933-72	96.000,00	93.000,00	-	93.000,00
José Vidal Rivas	544.420.605-68	32.000,00	31.500,00	-	31.500,00
Joselmo Sento Se Souza Duarte	926.516.745-91	32.000,00	32.000,00	-	32.000,00
Lucas Oliveira Costa	825.493.545-91	32.000,00	9.540,00	-	9.540,00
Marcos Antonio M. Batatinha	131.434.415-34	87.000,00	87.000,00	-	87.000,00
Maria Helena Carvalho Duran	513.023.905-97	32.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Mario Augusto da S.S. Filho	900.103.885-91	64.000,00	59.700,00	-	59.700,00
Raimundo Nonato R. Esmeraldo	083.753.804-15	32.000,00	24.193,19	5.675,81	29.869,00
Renato Brito Júnior	186.226.662-04	32.000,00	13.000,00	-	13.000,00
Ruy Gomes Silva	110.911.265-34	64.000,00	43.000,00	-	43.000,00
SR/DPF/BA (Sigiloso)	UG:200347	629.000,00	587.570,00	-	587.570,00
Ulisses dos Santos Martins	212.568.295-87	160.000,00	123.948,00	36.052,00	160.000,00
Total utilizado pela UG:			1.261.350,59	49.657,53	1.311.008,12

QUADRO A.13.2 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	1.457	1.261.350,59	24	49.657,53	1.311.008,12
2010	1.011	879.959,69	22	75.953,36	955.913,05
2009	786	847.624,10	29	80.224,05	927.848,15



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 24/11/2010.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia					1141
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
C r d e m	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	01	015.963/2009-0	1434/2010-SEGUNDA CÂMARA	1.4	DE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia					1141
Descrição da Deliberação:					
<p>1.4.1.1 – Regularizar o espaço físico cedido ao Banco do Brasil para instalação e exploração de um posto bancário, mediante a formalização do competente Termo de Cessão de Uso do espaço físico, caso ainda não o tenha feito.</p> <p>1.4.1.2 – Proceder a continuidade dos trabalhos relativos à regularização dos processos de cessão dos espaços ocupados pelas associações de servidores, ANSEF e ANASA, adotando providências, junto à Caixa Econômica Federal ou à Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia – GRPU/BA, para obter a avaliação do valor de mercado dos imóveis, a fim de que se possa calcular o valor a ser cobrado daquelas entidades a título de aluguel e rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância predial, caso ainda não o tenha feito.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Administração e Logística Policial – SELOG/SR/DPF/BA					22602
Síntese da providência adotada:					
<p>a) Foi providenciada a avaliação dos espaços ocupados com emissão dos respectivos laudos;</p> <p>b) Laudos homologados pela Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia – GRPU/BA;</p> <p>c) Aberto os Processos n.º 08255.073825/2010-43 (ANSEF), 08255.073826/2010-98-SR/DPF/BA (ANASA) e 08255.002063/2011-81 (BANCO DO BRASIL), com minuta de contratos de cessão de uso a título oneroso;</p> <p>d) Os processos foram submetidos à Consultoria Jurídica da União na Bahia – CJU/AGU/BA e aprovados;</p> <p>e) Foi encaminhado o Contrato para as respectivas Associações de Servidores, contudo houve questionamento por parte dos valores estipulados através do Laudo de Avaliação. As Associações apresentaram um novo Laudo de Avaliação que foi remetido para a Gerência de Patrimônio da União para análise e homologação e até o final do exercício de 2011, a homologação dos Laudos por parte da GRPU/BA ainda não tinha sido concluída.</p> <p>f) Foi encaminhado Termo de Contrato 08/2011-SR/DPF/BA, cujo objeto a cessão onerosa de espaço físico, para o Banco do Brasil. Contudo o Banco do Brasil não formalizou a assinatura do contrato e em consequência disso foi expedida notificação informando do débito existente pela utilização do espaço ainda que sem a conclusão de processo de formalização contratual.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Contratos preparados para assinatura e publicação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A Gerência do Patrimônio da União na Bahia informou que, em razão do seu pequeno efetivo e do número de imóveis próprios da União para fiscalizar, não tinha condições de realizar a avaliação com a urgência que o caso requeria. Assim foi decidido pela contratação de empresa especializada, que, em razão da carência de recursos demorou a ser efetivada.					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

13.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício de 2011.

13.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações do OCI no exercício de 2011.

Bruno Cruz Souto
Chefe do SELOG/SR/DPF/BA
Agente Administrativo
Matrícula 11.697

Carlos Daniel Veras Silver
Superintendente Regional em Exercício
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 2.426.829



B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DA BA - SR/BA/DPF	Código da UG: 200346 - 200347
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200346, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8



ACÓRDÃO Nº 1434/2010 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Helbio Afonso Dias Leite (198.860.476-15); Iracema Gonçalves de Alencar (557.668.465-68); Raimundo Nonato Rolim Esmeraldo (083.753.804-15); e José Carlos Araujo Moura (108.932.535-53); dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução 155/2002, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.963/2009-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Responsáveis: Alessandro Carvalho Liberato de Mattos (650.092.665-04); Antonio Cesar Fernandes Nunes (029.892.392-00); Helbio Afonso Dias Leite (198.860.476-15); Iracema Gonçalves de Alencar (557.668.465-68); Joilson Ribeiro Alves (357.629.347-72); José Carlos Araujo Moura (108.932.535-53); Raimundo Nonato Rolim Esmeraldo (083.753.804-15).

1.2. Entidade: Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional na Bahia.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações:

1.4.1. determinar à DPF – Superintendência Regional/BA - MJ que:

1.4.1.1. regularize o espaço físico cedido ao Banco do Brasil, para instalação e exploração de um posto bancário, mediante a formalização do competente Termo de Cessão de Uso do espaço físico, caso ainda não o tenha feito;

1.4.1.2. proceda à continuidade dos trabalhos relativos à regularização dos processos de cessão dos espaços ocupados pelas associações de servidores, ANSEF e ANASA, adotando providências, junto à Caixa Econômica Federal ou à Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia – GRPU/BA, para obter a avaliação do valor de mercado dos imóveis, a fim de que se possa calcular o valor a ser cobrado daquelas entidades a título de aluguel e rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância predial, caso ainda não o tenha feito;

1.4.1.3. apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, comprovação do atendimento às determinações precedentes;

1.4.2. alertar o órgão quanto às seguintes impropriedades constatadas:

1.4.2.1. descumprimento da normatização quanto à utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, ante o caráter de eventualidade nas despesas, adotando, se for o caso, a modalidade licitatória adequada à situação que se afigure;

1.4.2.2. descumprimento do parágrafo 6º, do art. 2º, inciso II, do Decreto 6.370/2008, quanto à observância aos limites de saque e as contratações cujos valores não guardem correlação com o preço praticado no mercado para execução do serviço, adotando os Princípios da Transparência e da Eficiência;

1.4.2.3. descumprimento do disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e no art. 78, parágrafo único da Lei 8.666/93, no tocante à rescisão, unilateral, do contrato administrativo 17/2007, celebrado com a empresa Diagonal Construtora Ltda. em 26/11/2007;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011



TCU **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**
Excerto da Relação 10/2010 - TCU - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

1.4.2.4. descumprimento dos normativos legais que disciplinam a organização, formalização e prazos de apresentação do processo de contas anual, atentando para a possibilidade de solicitar ao TCU, mediante solicitação fundamentada, a prorrogação do prazo para apresentação do processo.

Dados da Sessão:
Ata nº 10/2010 - 2ª Câmara
Data: 6/4/2010 - Extraordinária
Relator: Ministro AROLDO CEDRAZ
Presidente: Ministro BENJAMIN ZYMLER
Representante do Ministério Público: Procuradora CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

TCU, em 6 de abril de 2010.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS